

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Eley Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin  
— Gilberto Carvalho

### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 337-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.603-73, de 13 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Boanerges Menezes Caldas para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 338-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.734-73, de 15 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Herculano Cordeiro, a prestar serviços extraordinários no Gabinete da 3.ª Secretaria, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 339-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a decisão judicial proferida nos autos de Ação Ordinária de Retificação de Atos Jurídicos, sob n.º 9.676, requerida por Gabriela Braga de Souza e Araci Mercer, conforme o Processo Administrativo protocolado sob n.º 2.632, nesta Assembléia Legislativa,

R E S O L V E :

Art. 1.º — É concedida a Gabriela Braga de Souza, viúva do Ex-Deputado Estadual Frederico Marés de Souza, pensão mensal no valor equivalente a um terço (1/3) da parte fixa dos subsídios de deputado estadual, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1963;

Art. 2.º — Este decreto legislativo entra em vigor a partir de 1.º de abril de 1973, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 340-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3473-73, de 26 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário José Ary Nassiff, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 341-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.222-73, de 27 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Maria Ignésia Cavallari Fagundes, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 342-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.696-73, de 14 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários Zeno Paciornick, Francisco Dranka e José Paulo Orth, para comporem Comissão de Planejamento de Compras de Tomada de Preços, que deverá pronunciar-se em todas as compras de valor superior a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 283-72, de 31 de maio de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 343-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.503-73, de 03 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar a interrupção, a partir de 03 de abril de 1973, com fundamento no Art. 242, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, da licença para

o trato de interesses particulares concedida pelo Decreto Legislativo n.º 311-72, de 27 de junho de 1972, a Valter Antonio Marchiorato, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Escriurário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 344-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.157, de 17 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de SAINT-CYR DE OLIVEIRA ROCHA, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro decênio, compreendido entre 30 de março de 1962 e igual data de 1971, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1963, 1964, 1965, 1966, 1967 e 1970, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 345-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.322-73, de 29 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a José Guilhermino Figueiras, ocupante do cargo de nível PL "21" da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, a partir de 20 de fevereiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 346-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.896-73, de 11 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — dispensar das funções de Auxiliar de Portaria, o funcionário Maurício Gonçalves, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 02 de abril de 1973;

II — designar José Jacomitti, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 02 de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 347-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.939-73, de 12 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 97-73, de 13 de março de 1973, na parte que se refere a Clarice Fróis de Miranda;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários no Gabinete do Deputado Antonio Maciel Filho, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 348-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.487-73, de 09 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Decreto Legislativo n.º 32-65, de 04 de janeiro de 1965, que nomeou Edmir Edézio da Silva, atual ocupante do cargo de nível "PL 20", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o seu nome correto é Edmir Enézio da Silva, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente  
Jorge Sato — 1.º Secretário  
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 349-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.170-73, de 27 de março de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Dario



Fortunato Darif, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 350-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 764-73, de 12 de fevereiro de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Terezinha Barbosa de Moura e Claro, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 16 de fevereiro de 1972, data em que completou quinze (15) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 351-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.253-73, de 28 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a Marlene Couto de Cristo, ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os vencimentos da mesma, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de junho de 1972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 352-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.187-73, de 28 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Rubens Padilha Mendes, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 353-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1764-73, de 15 de março de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

dispensar a pedido das funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo, a funcionária Alba Lygia Araújo e Garcia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 02 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 4 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 354-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.857-73, de 10 de abril de 1973, deste Poder,

#### R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Luiz Carlos Caron Grossi, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 8 de maio de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente

Jorge Sato — 1.º Secretário

José Muggiati Filho — 2.º Secretário

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 86.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 28 de Maio de 1973 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Quei-

roz — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Francisco Escorsin — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes — Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Basílio Zanusso — Cândido Martins de Oliveira — João Fadel — Paulo Poli e Sebastião Rodrigues Júnior (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarada aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 127-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 142-72, de autoria do Deputado Cândido M.M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo efetivar os atuais servidores contratados como Pesadores, que contem mais de cinco anos de serviços prestados ao Estado e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 128-73.

Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 87.ª Sessão Ordinária Realizada em 28 de Maio de 1973.

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Lázaro Dumont.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: — João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Armando Queiroz — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Basílio Zanusso — Cândido Martins de Oliveira — João Fadel — Paulo Poli e Sebastião Rodrigues Júnior. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### OFÍCIOS:

#### EXPEDIENTE:

Sob o n.º 121-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n.º:

161-71: — Do Senhor Ex-Deputado Nivaldo Kruger, que visa o construção, através da Secretaria de Obras Públicas, de uma Escola Agrícola do Município de Palmital. — A C.C.J.

Sob o n.º 167-73, do Senhor Ildefonso C. Puppi, Diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, comunicando que, em data de 7 do corrente, assumiu o cargo de Diretor daquela Faculdade. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça.

Sob o n.º 08-73, do Senhor Djalma Burigo Faraco, Assessor de Relações Públicas da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, encaminhando cópia da Circular n.º 33-73, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), para conhecimento, divulgação e se necessário utilização dos recursos técnico do Estado em prol da produção agropecuária. — Ao conhecimento da Casa.

Da Associação Paranaense de Reabilitação, encaminhando relatório daquela Diretoria e Conselho, apresentado à Assembléia Geral, sobre as atividades daquela Associação em 1972. — Ao conhecimento da Casa.

#### TELEGRAMAS:

Do Senhor Deputado Federal Aderbal Jurema, nos seguintes termos: Apresentamos vossenciança nossas felicitações e agradecimentos pelas comemorações sesquicentenário instalação Poder Legislativo realizadas nessa Augusta Casa pt cordiais saudações. — Ao conhecimento da Casa.



Do Senhor Antonio Berejuck representante da Turma Primeira Série Curso Geografia Faculdade Filosofia de União da Vitória, nos seguintes termos:

Representando juventude estudantes nossa região vg manifesto sinceros agradecimentos aprovação projeto deputado Domicio Scaramella Estadualizando Universidade Vale Iguaçu. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Da Primeira Serie Historia Faculdade Filosofia União da Vitória nos seguintes termos.

Pedimos Sanção Estadualização Universidade Vale Iguaçu pt. Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 30 sessões do Projeto de Lei n.º 26-70.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido na Ata de nossos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento, em nossa Capital, ontem, do Senhor Oscar da Costa Gouveia. Requer ainda, uma vez aprovada a proposição, seja da mesma, dada ciência à família enlutada por esse prematuro desaparecimento, com envio de correspondência à rua Frederico Cantarelli, 690.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1973.

(a) Erendy Silvério

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, amparado no Regimento Interno requer, seja inserido nas Atas dos Trabalhos desta Casa, um voto de aplausos e congratulações à Senhorita Adla Nacli, filha do casal Deputado Fuad Nacli, que na data do dia 26 do corrente sagrou-se Miss Paraná 73. A promoção teve lugar na cidade de Paranavai, que contou com delegações de todas as cidades do Estado e em meio a tantas belezas que concorreram ao título à Senhorita Adla conquistou a todos pela beneza e simpatia. Seja este registro, o regozijo dos representantes do povo do Paraná aquela que conquistou a representação da beleza feminina de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1973.

(a) Wilson Fortes

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, Requer: envio de ofício ao Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Café, sugerindo seja concedido maiores benefícios aos cafeicultores paranaenses, que vem enfrentando as maiores dificuldades, no afã de continuar plantando o nosso principal produto brasileiro. Ocorre, que os cafés que foram plantados e financiados pelo IBC, na base de Cr\$ 1,60, foram em várias regiões do Estado totalmente dizimados pela geadas. Alguns, mercê de grande esforço, conseguiram replantar suas áreas, mas outros que dependiam quasi que exclusivamente do financiamento não o conseguiram, uma vez, que todo o dinheiro recebido foi gasto na própria planta. Hoje, o Instituto Brasileiro do Café, através de seus órgãos técnicos, está propondo aos Bancos financiadores a rescisão dos referidos contratos e consequentemente, a devolução imediata, da importância fornecida. A rescisão contratual, é até certo ponto, bem compreensível, uma vez que a ocorrência de geadas realmente fez com que muitos não cumprissem o compromisso. O que, entretanto, está causando séria apreensão é o fato de ser obrigatório a devolução do dinheiro recebido em financiamento, de uma só vez, eis que o mesmo fôra totalmente gasto e perdido na própria planta dizimada. Assim, para que seja possível um ressarcimento mais ameno para o lavrador, que deseja realmente saldar seus débitos, mister se faz, propiciar-lhes condições favoráveis e compatíveis, com as precárias rendas agrícolas da chamada cultura branca.

Esta é a razão pela qual, solicitamos seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Café, um expediente pleiteando a concessão seguinte:

a) — Os cafés geados e não replantados, com financiamentos na base de Cr\$ 1,60, e que tiverem seus contratos rescindidos, terão uma prorrogação do prazo de dois anos, para a devolução do valor do financiamento recebido, acrescido dos respectivos juros, e cujo pagamento será efetuado em quatro parcelas iguais e semestrais.

b) — Os que replantaram parte da área, terão também prorrogação de prazo em dois anos para completarem a quantidade contratual.

As medidas, que ora sugerimos, se adotadas virão tranquilizar inúmeros lavradores e não os afastarão em definitivo do desejo de continuar plantando o café, cuja cultura representa a garantia real para a consolidação e fixação do homem no campo, além de representar um futuro bem mais promissor para o importante produto básico da economia brasileira. O "Rei — Café".

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1973.

(a) Rosário Pitelli

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — Que, sem mocidade que vibre não há País que se projete na história;  
2 — Que, nenhum Partido Político terá futuro se não tiver mocidade;  
3 — A necessidade de incentivar os movimentos políticos entre os estudantes de nosso Estado e do nosso País, requeiro, regimentalmente, a consignação de voto de regozijo na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, à U.P.E.S. pela promoção do 1.º Curso de Preparação Político-Administrativa para Dirigentes Estudantis, realizado no período de 23 a 26 do corrente mês, em Campo Mourão, com a presença de líderes de nosso Estado.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa a Diretoria da U.P.E.S. na pessoa do Senhor Arival Ribas Krames, Presidente da Entidade, e ao Senhor Osvaldo Braga, Presidente da União Mourãoense dos Estudantes Secundários.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1973.

(a) Mauricio Fruet

#### PROJETOS DE LEI:

#### Projeto de Lei n.º 103-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores "Allis Chalmers", D-14, séries números 23605 e 24010, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1973.

(a) Gabriel Manoel

#### JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, enfrentando dificuldades financeiras, como sóe acontecer com as administrações Municipais do interior do Estado, não conta com recursos suficientes para aquisição dos maquinismos necessários à conservação e melhoria de suas estradas. Constatada a existência, na Secretaria de Agricultura, de tratores considerados inservíveis e, portanto, em desuso, com possibilidade de recuperação pela municipalidade interessada, a doação pretendida representará valiosa colaboração do Poder Executivo ao Município em epígrafe, ensino que, com meios próprios recupere os citados tratores e aparelhe a Administração Municipal, dando-lhe melhores condições para o atendimento dos encargos que lhe competem.

#### Projeto de Lei n.º 104-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, os Tratores "John Deere", 730, série 7325913 e 7325914, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1973.

(a) Gabriel Manoel

#### JUSTIFICATIVA:

Os tratores acima referidos e pertencentes à Secretaria de Agricultura foram considerados inservíveis, estando, atualmente, em desuso. Enfrenta a Prefeitura Municipal do Salto do Itararé os problemas financeiros comuns à Administração, não tendo possibilidade de aquisição de maquinismos novos. Há, porém, reserva monetária capaz de favorecer a recuperação dos mencionados tratores que, em funcionamento, muito irão contribuir para a conservação e melhoria das estradas municipais, tornando-se, novamente, úteis à coletividade. Nestas condições, o Plano de Lei consultará recíprocos interesses, ensinando o Poder Executivo, com a doação, melhores condições de administração e progresso ao Município, razão por que acredita o Autor seja o Projeto aprovado e sancionado.

#### Projeto de Lei n.º 105-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado, através do D.E.R., firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o Rio Anhumas.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta das verbas especificadas no convênio a ser celebrado.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1973.

(a) Gabriel Manoel

#### JUSTIFICATIVA:

Ribeirão Claro, Município paranaense localizado no Norte Pioneiro, vivamente entusiasmado com o propósito de integração do Estado, revelado recentemente como uma das metas principais da Administração do Excelentíssimo Governador Parigot de Souza, nesta faz otimista de realizações planejadas, antevê a possibilidade de concretização de um dos reclamos representado pela construção da ponte sobre o rio Anhumas. Financeiramente, impossibilidade de enfrentar as vultosas despesas que o empreendimento acarretará, a Administração Municipal, através entendimentos mantidos, encontrou na celebração de convênio com o Estado a solução para a realização das obras tão necessárias. O Plano de Lei submetido à apreciação da Casa traduz a disposição do Poder Legislativo em colaborar com o apressamento das medidas preliminares necessárias, razão por está a merecer a aprovação da Casa.

#### Projeto de Lei n.º 106-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a Doar, à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores "John Deere", 730, diesel, série número 7325962 e 7325986, respectivamente, pertencente à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1973.

(a) Gabriel Manoel

#### JUSTIFICATIVA:

Os tratores acima identificados, considerados inservíveis, estando atualmente, em desuso, oferecem possibilidades de recuperação para aproveitamento no âmbito municipal, podendo vir a beneficiar a Administração Municipal de Japira. necessitada de tais maquinismos, mas financeiramente, impossibilidade de aquisição vultosas. O Plano de Lei, se aprovado e sancionado, representará valiosa cooperação à Administração Municipal de Japira, dando-lhe oportunidade de vir a contar com melhor aparelhagem para conservação e melhoria das suas estradas e de melhor, ainda, se entozar no plano de integração do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Mauricio Fruet.



O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sem mocidade que vibre não há País que se projete no futuro. Realmente, tivemos a satisfação, e o privilégio e a honra de acompanhar o Encontro Regional promovido pela União Paranaense de Estudantes Secundários na cidade de Campo Mourão, em conclave denominado 1.ª Reunião de Debates sobre assuntos político-administrativos.

O que nos chamou a atenção naquela oportunidade foi o espírito patriótico e o interesse demonstrado pelos líderes estudantis de todo o Paraná manifestando-se a respeito de problemas, procurando, enfim, encontrar soluções para contribuir, com a parcela e com o ânimo dessa juventude e dessa mocidade, para o desenvolvimento de seus Municípios, Estados e Nação brasileira.

Sentimos, mais uma vez, a preocupação dos jovens em procurar conhecer, em procurar saber o que os Partidos Políticos estão fazendo em benefício de nosso povo, tanto o Movimento Democrático Brasileiro, como a Aliança Renovadora Nacional. Vimos e pudemos sentir a disposição dos jovens em ingressarem nas duas agremiações partidárias e participarem com suas inteligências para a formação de um quadro específico em cada agremiação a fim de ouvir a opinião da juventude paranaense e da juventude brasileira.

Temos a certeza de que a reunião em Campo Mourão servirá de base para outras realizações da União Paranaense dos Estudantes Secundários com grande proveito para as agremiações partidárias porque se conscientizando esta juventude, mostrando os jovens a necessidade de participarem dos Partidos políticos do País estaremos recebendo em nossos quadros outro ânimo, cidadãos completamente desprovidos de vícios de qualquer natureza, cidadãos dispostos a oferecer seu idealismo, seu trabalho e sua formação para o desenvolvimento de Arena e MDB.

Por este motivo, é com satisfação, que queremos registrar na Ata dos Trabalhos desta Casa um voto de regozijo à iniciativa da União Paranaense dos Estudantes Secundários que foi o órgão promotor do conclave realizado naquela Região.

Ao mesmo tempo gostaria de dizer aos Srs. Deputados que nenhum Partido tem futuro se não tiver a mocidade. Esta frase do grande tribuna, Ruy Ramos, deve ser pesada por todos os Srs. Deputados que têm a obrigação de arrigmentar forças novas aos seus quadros, pensando sempre nesta frase: "Nenhum Partido político terá futuro se não tiver a mocidade".

Srs. Deputados, outro assunto que nos traz à Tribuna na tarde de hoje, é o encaminhamento de Requerimento ao Ministro da Indústria e Comércio, Requerimento este que temos a honra de contar com a subscrição dos eminentes Srs. Deputados Armando Queiroz e Francisco Borsari Neto.

O assunto é grave e temos certeza de que esta Casa, com o seu prestígio, está colaborando na busca de uma solução.

O Requerimento vem nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

Considerando que, no Plano 70/71 do IBC, com base no preço de Cr\$ 1,60, por cova, plantou-se no Paraná cerca de 90% de sua safra e que, por força das geadas de 8 de julho de 1972 e 1.ª de setembro do mesmo ano, assolados às chuvas prolongadas e posterior seca, teve o nosso Estado prejuízo em sua lavoura cafeeira em cerca de 70%, necessitando de igual porcentagem de replante;

Considerando que as mudas existentes nos viveiros da região são insuficientes para o replantio de café no prazo estipulado pelo IBC (30 de maio de 1973) e a mão-de-obra existente na região é insuficiente na época atual, já que a maioria dos lavradores ainda não terminou a colheita do soja, milho e feijão, impossibilitando, consequentemente, a limpeza das terras e covas de café;

Considerando que aqueles que tem condições para adquirir algumas poucas mudas existentes nos viveiros, o fazem comprando-as de pequeno porte, ainda não aclimatadas, já que o prazo de replantio dado pelo IBC é curto, promovendo, desta maneira, prejuízos maiores para o cafeicultor;

Considerando que na reunião do Conselho Monetário Nacional de 13 de outubro de 1972, o plano 71/72 de replantio foi aumentado de Cr\$ 2,00 para Cr\$ 2,50, indiscriminadamente em todo País enquanto que o Plano anterior, no qual o Paraná plantou 90% de sua safra, apesar de atingido pelas anormalidades climáticas, não foi considerado, o que vem já promovendo uma crise na lavoura do produto;

Considerando que o IBC vem exigindo dos que não conseguiram cumprir com a obrigação, a devolução do dinheiro financiado imediatamente, num verdadeiro torniquete ao já debilitado plantador;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado, por esta Presidência apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, bem como ao Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que seja estudada a inclusão de recursos adicionais para o Plano 70/71 e o aumento de prazo, para mais de 120 (cento e vinte) dias referentes ao replantio.

Requer, outrossim, sejam enviadas cópias do teor deste aos Srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal e a toda Bancada paranaense na Câmara dos Deputados e Senado Federal.

É preciso, Sr. Presidente, uma providência criteriosa por parte do IBC. Os seus próprios técnicos hoje reconhecem que os financiamentos 69/70 e 70/71, estão fora da realidade.

Mesmo aos períodos subsequentes faz-se necessária uma certa benevolência para os cafeicultores que, agindo de boa fé, viram suas insipientes lavouras dizimadas por condições desfavoráveis e nem plantar puderam, porque não havia quantidade necessária de mudas no mercado. Segundo informações recentes, somente na região entre Maringá e Campo Mourão está havendo uma falta de 10 milhões de mudas de café.

Esperamos que as autoridades federais reconsiderem o assunto que, a continuar neste rumo, promoverá uma crise social das maiores em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1973.

(a) — Maurício Fruet".

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, à semana passada nós participamos lá em Campo Mourão, de uma reunião realizada em Engenheiro Beltrão, com a presença de 19 Srs. Prefeitos dos Municípios existentes entre os rios Ivaí e Piquiri. Aquela ocasião, Sr. Deputado, estavam presentes o Sr. Secretário dos Transportes, o Sr. Diretor do DER e também o Presidente da FAMEPAR, e um dos assuntos que foi levado à debate e à discussão foi exatamente esse que V. Exa. está abordando, agora, da Tribuna. Porque, toda aquela região foi liberada pelo IBC para plantio e replantio de novos cafezais. Os primeiros contratos que se fizeram foram da ordem de 1,20 por cova; depois passou-se para 1,60. Agora já passamos para 3,00 por cova. No entanto, veja V. Exa., Sr. Depu-

tado, as lavouras de 69/70 sofreram o impacto das geadas do ano passado. E para esses contratos não houve qualquer reajuste, não houve benevolência, e a situação que estão sofrendo foi em face das geadas. Agora estamos sabendo que aqueles que contrataram na base de 2,00, 2,50, sem que mesmo pedisse, estão sendo reajustados pelo IBC. O IBC está subindo o preço dos contratos e aqueles que, realmente, precisam, e realmente estão necessitando de um reajuste, porque sofreram os problemas das geadas, não foram aqui-nhoados.

Dai, porque, Sr. Deputado, no instante em que V. Exa. aborda o problema, quero hipotecar todo meu apoio, toda minha solidariedade e reafirmar, aqui que o problema não é político o problema é da Região inteira que anseia pela presença do IBC., para que o IBC reestude, e reexamine um problema que está se tornando grave na Região, e isso em virtude da decisão do Banco do Brasil de começar a executar os contratos daqueles que não estão podendo, por dificuldades, cumprir os contratos firmados com o IBC.

Muito obrigado.

O SR. MAURICIO FRUET — Nós é que agradecemos o aparte de solidariedade de V. Exa. Queremos testemunhar que V. Exa. realmente tem razão. Tivemos conhecimento dos fatos aos quais V. Exa. aludiu; e que na reunião com os Prefeitos da Região o assunto foi focalizado. E o que V. Exa. salientou, em aparte, e foi também debatido naquela reunião, que o Banco do Brasil, por determinação do IBC está executando esses contratos. E segundo informação dos agricultores da Região, acreditado que 80% dos contratos seriam executados pelo Banco do Brasil, colocando o plantador de café num verdadeiro torniquete. E por melhor boa vontade que ele tivesse, mesmo que esse lavrador tivesse condições e recursos próprios para promover o replantio, os recursos oferecidos pelo Banco do Brasil, 1,60 por cova, na safra 70/71, são insuficientes para efetuar esse tipo de trabalho. Mesmo porque, se esse lavrador tivesse condições próprias para executar esse plantio, não haveria tempo suficiente, até 30 de maio, por falta de mudas na Região, de se efetuar o replantio. E em segundo lugar, isso seria impossível pela falta de mão de obra que, atualmente, está absorvida na colheita do soja.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, desde 1951, estou na Região de Campo Mourão. E desde esse tempo, vem se plantando café. Aconteceu um fato curioso, Sr. Deputado: o IBC liberou determinadas áreas para o plantio de café. E os velhos fazendeiros, os tradicionais na lavoura do café tinham recusado essas áreas e não quiseram plantar. Vem o IBC e deu o laudo favorável, estimulou e financiou o plantio naquelas áreas que, segundo os agrônomos do IBC, não estavam sujeitas às geadas. E daí porque, considerando o nível técnico dos agrônomos do IBC, novas lavouras se fizeram, e financiadas pelo IBC. Houve, nessas mesmas áreas, o impacto das geadas. E parece, Sr. Deputado, que quando o problema chega à esfera Federal, esta não quer considerar o fenômeno geadas. Entretanto, vamos ser francos, quem mandou plantar, quem deu assistência técnica foi o IBC.

O SR. MAURICIO FRUET — Era, realmente, entristecedor o quadro na região. Se existe este aspecto de que o IBC determinou e incentivou a lavradores o plantio de café em determinadas regiões, afirmando que não haveria problema algum com relação ao fenômeno geada, teria, por obrigação o café cafeeiro de fornecer recursos aqueles que, de boa fé, foram induzidos ao plantio de café nas regiões supra mencionadas. No entanto, o que ocorre é exatamente o contrário, o Instituto Brasileiro do Café determinou ao Banco do Brasil a execução desses contratos, criando um problema sério, criando um problema social de grandes preocupações.

Por este motivo solicitamos que este Requerimento, em forma de telex, seja enviado ao Ministério da Indústria e Comércio e às Autoridades já mencionadas no intuito de esperar a boa vontade por parte das mesmas no sentido de resolver o impasse da região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Faremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/70, de autoria do Dep. João Mansur, que veda às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus estatutos, dispositivos prevendo participação de seus diretores, nos lucros que por ventura venha a produzir. Parecer favorável da C.C.J. COM EMENDA.

Sobre o mesmo, há um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 26/70, da Ordem do Dia. Em votação o Requerimento. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 289/70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Guairacá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 226/71, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público na forma da legislação em vigor, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 237/71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar em 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Araçongas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.



2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que assegura na aposentadoria, as vantagens do artigo 172, inciso 3.º, da Lei n.º 6.174 de 16-11-70, ao Servidor Público Estadual, ex-integrante da F.E.B., como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao de Pinhão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 10/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao Município de Pinhão, passando pela localidade de Criscuma.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 6 de abril de 1972

a) — Domício Scaramella — Deputado

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora temos a honra de submeter à consideração deste Plenário é medida que se impõe pela necessidade urgente que tem a população daquela próspera região do Vale do Iguaçu, de uma estrada em condições normais de tráfego, para dar vazão à sua produção agrícola.

Com a melhoria dessa estrada o próprio Estado será grandemente beneficiado, pois haverá um novo incentivo para os produtores que ali labutam visando ao progresso do Paraná.

Estamos certos, pois, em contar com a colaboração dos nobres Pares na aprovação deste Plano de Lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 10/72

AUTOR: Deputado Domício Scaramella

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir para o DER, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao de Pinhão, para fins de conservação e melhoria.

#### RELATÓRIO E PARECER

A Proposição tem caráter meramente autorizatório, não implicando em execução compulsória por parte do Poder Executivo, razão pela qual opinamos pela sua acolhida.

É o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1972

aa) — Maurício Fruct — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Ovidio Franzoni

Erondy Silvério

Cândido M. de Oliveira

Igo Losso

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 10/72

#### PARECER

1.) O presente Projeto de Lei visa a autorizar o Poder Executivo a transferir ao D.E.R. a estrada que liga Bituruna a Pinhão.

2.) A dita Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao mesmo. No que tange ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

João Fadel

Odilon Reinhardt

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PROJETO DE LEI N.º 10/72

#### PARECER

1.) O presente Plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Domício Scaramella, visa a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Bituruna ao Município de Pinhão, passando pela localidade de Criscuma.

2.) Referida matéria já mereceu pareceres favoráveis das ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3.) Quanto ao mérito que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual somos inteiramente pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1973

aa) — Borsari Netto — Presidente

Antônio Belinati — Relator

Aguinaldo Pereira Lima

Arthur de Souza

Lázaro Dumont

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/72, de autoria do Dep. Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública a Associação Tradicionalista "Gralha Azul", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 161/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA "GRALHA AZUL", com sede e foro na cidade de Curitiba, à rua Itacolomi, n.º 540, Vila Leão, no Bairro do Portão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1972.

aa) — Dep. Borsari Netto

#### JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA "GRALHA AZUL" tem por fim pesquisar, coletar registrar e interpretar o folclore brasileiro nos seus mais variados aspectos visando a cultura e ao mesmo tempo promovendo e estimulando o desenvolvimento cultural e artístico, principalmente sobre o folclore e artes populares em todos os campos.

A referida Associação é uma entidade fundada em 1969, por tempo indeterminado, como Sociedade Civil e pelo alto sentido a que se destina apresentamos o presente Projeto de Lei com o objetivo de ser declarada de Utilidade Pública.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 161/72

#### PARECER

I — De autoria do ilustre Deputado Borsari Netto, pretende o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação Tradicionalista "Gralha Azul" com sede e foro nesta Capital.

II — A proposição atende às exigências da Lei pertinente à matéria, estando, portanto, em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973

aa) Antonio F. F. da Costa — Presidente; Wilson Fortes — Relator; Paulo Camargo, Ovidio Franzoni, Erondy Silvério, Nelson Buffara, Antônio Lopes Jr., Quilse Crisóstomo da Silva, Ivo Tomazoni, Igo Losso e Sebastião Rodrigues.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/72 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42/72, encaminhando anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo doar à União Federal, imóvel constituído de terras rurais da Gleba Cascavel, com área de (1.264.329,00 m<sup>2</sup>) um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove metros quadrados. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### MENSAGEM

42/72

Curitiba, 13 de setembro de 1972

##### PROJETO DE LEI N.º 165/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo doar à União, o imóvel constituído por parte do lote de terras rurais número 1 (um), da Gleba Cascavel, chácaro do Patrimônio Cascavel, da Colônia situada no Município e Comarca do mesmo nome, contendo tal imóvel a área de 1.264.329,00 m<sup>2</sup> (hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte e nove metros quadrados), sem benfeitorias e com os limites e confrontações que especifica.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, face a destinação que a União dará ao questionado imóvel, qual seja, a de utilização pelo Ministério do Exército, nas instalações de uma Unidade Militar, conforme aliás dispositivo expressamente contido no anteprojeto de lei anexo.

Segundo esclarece o Comando da 5.a Região Militar e 5.a Divisão de Infantaria, através do Ofício n.º 94—SPR/5, de 16 de junho do corrente ano, a área cuja doação é pretendida, satisfaz plenamente as condições necessárias à instalação da Unidade do Exército em Cascavel, município situado na faixa de fronteira.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a doar à União Federal o imóvel constituído por parte do lote de terra rural número um (1) da Gleba Cascavel, chácaro do Patrimônio Cascavel, da Colônia situada no Município e Comarca de Cascavel, neste Estado, contendo a área de hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte e nove metros quadrados aproximadamente (1.264.329,00m<sup>2</sup>), sem benfeitorias e com os limites e confrontações seguintes: A Nordeste por uma linha seca, confrontando com terras do quadro do Perímetro Urbano da cidade de Cascavel sob n.ºs. 163, 164, 165, 166 e 167; A Leste por uma linha seca com a rua Pedro Ivo que confronta com os lotes de n.ºs. 95, 96, 97, 98 e 99 da Gleba Cascavel; A Sudoeste, por uma linha seca, confrontando com uma rua sem denominação que confronta com as terras dos lotes n.ºs. 6, 7 e 8 da Gleba Cascavel; A Sudoeste pela rua n.º 7 que confronta com a reserva do Estado R-8; A Oeste por uma linha seca confrontando com a rua n.º 8; A Noroeste por uma linha seca, confrontando com a rua Machado de Assis no trecho que confronta com as quadras n.ºs 4, 3, 2, 1 e 162 A do perímetro urbano da cidade de Cascavel.

Art. 2.º — O imóvel referido no artigo anterior, destina-se às instalações de uma Unidade Militar do Ministério do Exército.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 165/72

SÚMULA: Mensagem n.º 42/72 encaminhando Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo doar à União Federal, imóvel rural que especifica.

#### PARECER

O Presente Projeto de Lei, encaminhado a esta Casa Legislativa, visa autorizar o Poder Executivo doar à União o imóvel que especifica para utilização na implantação de mais uma Unidade Militar de Fronteira pelo Ministério do Exército.

A medida ajusta-se aos princípios de integração dos Poderes Federais e Estaduais nas soluções dos problemas de interesse nacional, não fere princípios constitucionais ou legais, merecendo a aprovação pelas razões referidas no requisitório Governamental.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

aa) — Armando Queiroz — Presidente; Santos Lima — Relator; Maurício Fruct, Igo Losso, Emílio Carazzai, Luiz R. Soares e Cândido M. Oliveira.



# COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

## PROJETO DE LEI N.º 165/72

AUTOR: Poder Executivo  
SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar à União imóvel no Município de Cascavel.

### PARECER

- 1.) O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.
  - 2.) Dado o fim a que se destina o imóvel a ser doado, envolvido diretamente com o que diz respeito à segurança nacional, nada há, no âmbito desta Comissão, que se lhe possa opor.
  - 3.) Somos, portanto, pela aprovação.
- Sala das Comissões, em
- aa) — Arizone Araújo — Presidente  
Marciano Baraniuk — Relator  
Sebastião Rodrigues Júnior  
Xenofonte Villanueva  
Francisco Escorsin

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI N.º 165/72

SÚMULA: Anteprojeto de Lei capeado pela Mensagem Governamental n.º 42/72, que autoriza o Poder Executivo doar à União Federal imóvel constituído de terras rurais da Gleba Cascavel, com área de 1.264.329,00 (hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove) metros quadrados, e dá outras providências.

### PARECER

1.) Tratam os Autos de ante-Projeto de Lei capeado pela Mensagem Governamental n.º 42/72, que autoriza o Poder Executivo a doar à União Federal imóvel constituído de terras rurais da Gleba Cascavel, com área de 1.264.329,00 (hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove) metros quadrados, sem benfeitorias, e que deverá ser utilizado pelo Ministério do Exército para instalação de uma Unidade Militar que deverá ser sediada na região, em virtude do Município de Cascavel encontrar-se situado na fíxica de fronteira.

2.) A Mensagem capeando o ante-projeto de lei vem respaldada pelo dispositivo constitucional que legitima sua origem e trata de matéria afeta à segurança nacional, não havendo, portanto, como opor-se obstáculo à sua aprovação.

Pela aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1973

- aa) — Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente  
João Fadel — Relator  
Alvaro Dias  
Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5/73, de autoria do Dep. Santos Lima e outros, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 5/73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em março de 1972

- aa) Dep. Santos Lima  
Dep. Aguinaldo Pereira Lima  
Dep. Basílio Zanusso

### JUSTIFICAÇÃO

A Associação Paranaense do Ministério Público, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Curitiba, que tem por objetivo promover e prestar assistência moral aos seus associados no exercício da função, estimular relações entre as associações congêneres e a realização de conferências e congressos para o estímulo da cultura do direito, através de concursos, conferindo prêmios aos autores dos melhores trabalhos apresentados.

Trata-se de entidade tradicional e das mais prestigiosas dos meios jurídicos do nosso Estado, merecendo, pelos seus altos objetivos, ser declarada de utilidade pública.

Dadas as considerações expostas, esperamos o devido apoioamento dos ilustres Pares e a aprovação do Projeto de Lei ora proposto.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 5/73

AUTOR: Dep. Oswaldo Santos Lima e outros  
SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro nesta Capital.

### PARECER

O presente Projeto vem instruído e justificado tudo de acordo com o Regimento Interno, portanto não tem qualquer implicação de ordem legal ou constitucional. Somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1973.

- aa) — Nelson Buffara  
Antonio Lopes Jr.  
Igo Losso  
Ivo Tomazoni  
Paulo Camargo  
Sebastião Rodrigues

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI N.º 5/73

AUTOR: Dep. Oswaldo Santos Lima e outros  
SÚMULA: Declara de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público.

### PARECER

1.) O presente Plano de Lei, de autoria dos ilustres Deputados Oswaldo Santos Lima, Aguinaldo Pereira Lima e Basílio Zanusso, tem por objetivo de-

clarar de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro em Curitiba.

2.) Sobre ele já se manifestou favoravelmente a douda Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do parecer do seu ilustre Relator.

3.) Quanto ao aspecto financeiro, que nos cabe examinar, nada encontramos que se lhe possa opor, daí opinarmos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973.

- aa) — Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente  
Gilberto Carvalho — Relator  
Antônio Lopes Jr.  
João C. Fadel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/73, de autoria do Dep. Santos Lima, que declara de Utilidade Pública, a "Fundação Faculdade de Ciências Econômicas" da cidade de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 47/73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Fundação Faculdade de Ciências Econômicas" da cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

- a) — Dep. Santos Lima

### JUSTIFICATIVA

A Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, com sede nessa cidade que lhe completa o nome, foi instituída pelo Governo do Estado, através do Decreto n.º 1972 de 3 de maio de 1972, e recentemente lhe foram aprovados os estatutos.

Era a tradicional Faculdade Estadual de Ciências Econômicas que o Estado criara e vinha mantendo, desde 1959, pela Lei n.º 26298 de 17 de novembro de 1959 e obteve reconhecimento do Governo Federal, Decreto n.º 62041 de 3 de janeiro de 1968.

Erígida em Fundação para atender aos mandamentos da reforma universitária, descentraliza-se assim da administração estatal, ganhando autonomia didática-científica, disciplinar, administrativa e financeira.

Na trajetória de sua atividade, nestes catorze anos, no campo do ensino e da pesquisa, grangeou notoriedade pelo alto conceito que desfruta na região de sua influência e além dela, por onde os seus graduados vêm exercendo suas atividades.

A Faculdade formou cerca de 210 Economistas e agrega para mais de 200 estudantes anualmente. O Instituto de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, órgãos acadêmicos da Fundação, tem por finalidade:

a) — o desenvolvimento do ensino e o aprofundamento da investigação e da pesquisa;

b) — a preparação de profissionais competentes, habilitados ao eficiente desempenho de suas funções, com sentido de responsabilidade e participação;

c) — a inserção na realidade brasileira, colocando a ciência a serviço do homem e orientando suas atividades para a edificação de um mundo melhor, em conformidade com as exigências da justiça;

d) — o intercâmbio e a cooperação com instituições educacionais científicas e culturais, nacionais e estrangeiras, na intenção de emprestar universalidade ao sentido de sua missão.

Os frutos alcançados nessa seara de finalidades, lhe consagra a opinião pública.

Em recente Simpósio, realizado na cidade de Apucarana, com a participação de notáveis elementos de outros Estados, objetivando a integração Empresa-Escola, logrou significativo êxito, com a fundação do Centro de Integração Escola-Empresa em Apucarana, a primeira que se instala no interior, em todo o país.

Portanto, o reconhecimento de utilidade pública, através da lei proposta, é ato que ratifica o galardão de utilidade pública conquistado pela Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana e lhe assegura os benefícios de quantos, no campo da economia, empresas e particulares, lhes adjudiquem, sob os auspícios do incentivo fiscal, processo dominante na jornada do desenvolvimento nacional.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 47/73

AUTOR: Dep. Santos Lima

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana

### PARECER

O presente Plano de Lei, ora em exame por esta Comissão, de autoria do Nobre Deputado Santos Lima, visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Referida Fundação, em que foi instituída a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, nos termos do Decreto n.º 1972 de 3 de maio de 1972, do Governo do Paraná, é uma entidade autônoma de ensino e pesquisa, de duração ilimitada, com sede e foro na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, tendo por finalidade, entre outras, a de formar profissionais de nível superior nas áreas das Ciências Econômicas, Administrativas, Contábeis e Atuariais, para o mercado de trabalho regional e nacional.

Cumprindo os requisitos da Lei pertinente à matéria, opinamos pela aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973.

- (aa) Antônio Franco F. da Costa — Presidente  
Ovidio Franzoni — Relator  
Igo Losso  
Erondy Silvério  
Nelson Buffara  
Antônio Lopes Jr.  
Sebastião Rodrigues  
Quilse Crisóstomo da Silva

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 17-73 — aprova o Acordo n.º 10-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná. Parecer favorável da C.C.J.. Em Regime de Urgência. — Aprovado.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Acordo n.º 10-72, celebrado em 20 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(aa) Antônio F. Ferreira da Costa — Presidente  
Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 16-73

PARECER

I — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o presente Projeto de Resolução, (ex-Proposição n.º 17-73), aprova o acordo n.º 10-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná.

II — Do ponto de vista financeiro, que esta Comissão deve examinar, o Projeto está em condições de ser aprovado.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

(aa) Quêlsee Crisóstomo da Silva — Presidentê  
Alvaro Dias — Relator  
João Fadel  
Gilberto Carvalho

MENSAGEM 2-73

Curitiba, 22 de janeiro de 1973

PROPOSIÇÃO N.º 17-73

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 10-72, celebrado em 20 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado Ao Excelentíssimo Senhor.

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado N/Capital

ACORDO N.º 10-72

ACORDO celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o Governo do Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente "GOVERNO", representado neste ato pelo seu Governador, Pedro Viriato Parigot de Souza, ao final assinado, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, a seguir denominada simplesmente "SUDESUL", autarquia federal, neste ato representada por seu Superintendente, Paulo Affonso de Freitas Melro, na forma do artigo 15 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, tem justo, certo e combinado a celebração do presente ACORDO, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objetivo

O presente ACORDO visa a participação do "GOVERNO" nas atividades a cargo da "SUDESUL" na 2.ª fase do Estudo do Controle da Erosão no Noroeste do Estado do Paraná, parte integrante do Acordo de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos assinado em 21.05.71.

Parágrafo Primeiro — O Plano de Trabalho, referente à 2.ª fase, visa a elaboração de um Plano de Desenvolvimento para o Noroeste do Paraná.

Parágrafo Segundo — O "GOVERNO" participará das atividades relativas a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná nas condições especificadas no presente documento.

CLÁUSULA SEGUNDA — Das Atividades

As atividades de que trata a Cláusula Primeira serão desenvolvidas através de estudos específicos, os quais serão realizados conjuntamente pela "SUDESUL" e "GOVERNO", como contrapartida nacional do Acordo referido.

Parágrafo Primeiro — As atividades mencionadas no "caput" desta Cláusula compreenderão todas as relacionadas no Plano de Trabalho a ser assinado, mencionado na Cláusula Primeira e enunciativamente nas seguintes áreas prioritárias:

a) — Coleta e revisão dos antecedentes básicos disponíveis e que constituem o marco de referência de todo o trabalho a ser desenvolvido.

b) — Revisão do Plano de Trabalho, quando se identificarão as áreas ou setores nos quais se aprofundarão os estudos.

c) — Estudos, pesquisas e análises, visando detalhar aspectos relevantes ou particularmente identificados na etapa anterior, de coleta e análise dos antecedentes básicos, configurando-se como parte substancial dos trabalhos a serem desenvolvidos.

d) — Formalização das recomendações baseadas nas etapas anteriores e que constituirão em subsídios para alimentar o processo decisório a nível do setor privado e/ou, principalmente, do setor público.

CLÁUSULA TERCEIRA — Dos Diretores

Para a Direção dos trabalhos previstos, concordam a "SUDESUL" e o "GOVERNO" em que caberá à primeira a Direção Nacional do Estudo, e ao segundo, a Direção Técnica Nacional, conforme o Acordo de Assistência Técnica mencionado à Cláusula Primeira deste instrumento.

Parágrafo Primeiro — O Diretor Técnico Nacional será indicado pelo "GOVERNO", à "SUDESUL", que providenciará na sua nomeação junto à Comissão Executiva do Acordo de Assistência Técnica referido no "caput" desta Cláusula.

Parágrafo Segundo — Os Diretores serão diretamente responsáveis pelo bom andamento dos trabalhos perante os signatários do presente instrumento, os quais, de comum acordo resolverão os casos missos, e eventuais dúvidas que venham a surgir, na sua execução.

Parágrafo Terceiro — As funções do Diretor Nacional e do Diretor Técnico Nacional serão desempenhadas conforme estabelece o Acordo de Assistência Técnica mencionado na Cláusula Primeira deste Acordo.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição das Partes

A "SUDESUL" e o "GOVERNO" se comprometem a propiciar todas as facilidades a seu alcance para o atendimento do objeto do presente instrumento, comprometendo-se especificamente, a ceder as informações que disponham, recomendar as suas unidades que prestem toda colaboração possível às Direções refridas, além de fornecer apoio logístico.

Parágrafo Primeiro — O "GOVERNO" ficará com os encargos de ceder área mínima de 200 metros quadrados para a instalação da Unidade Técnica do Estudo, devidamente equipada com luminárias, móveis e telefones.

Parágrafo Segundo — A "SUDESUL" ficará com os encargos de equipar e manter a Unidade Técnica, entendido como tal o fornecimento e manutenção de veículos, máquinas e utensílios, bem como o provimento do material de consumo e serviços necessários ao bom funcionamento dos trabalhos.

Parágrafo Terceiro — Dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do Plano de Trabalho, a que se refere a Cláusula Primeira, o Diretor Nacional e o Diretor Técnico Nacional indicarão os técnicos que atuarão nos Trabalhos constantes do cronograma de especialistas do referido Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto — As despesas decorrentes do engajamento de servidores da "SUDESUL" ou do "GOVERNO" à Unidade Técnica serão de exclusiva responsabilidade de cada uma das partes, conforme a origem dos citados servidores.

Parágrafo Quinto — A contratação de técnicos necessários, que não puderem ser fornecidos pelos quadros da "SUDESUL" ou do "GOVERNO", será de responsabilidade da "SUDESUL".

Parágrafo Sexto — O pessoal administrativo e auxiliar, será fornecido preferencialmente pelo "GOVERNO".

CLÁUSULA QUINTA — Da Utilização dos Resultados

O "GOVERNO" e a "SUDESUL" utilizarão livremente as informações e dados colhidos durante as atividades objeto deste instrumento, desde que liberados expressamente pelos Diretores e pela Chefia da Missão.

Parágrafo único — Concluído o objeto do presente Acordo, os documentos relativos às informações e dados antes referidos ficarão à disposição da "SUDESUL" e do "GOVERNO", sob a guarda deste, após a liberação final pela Unidade Técnica.

CLÁUSULA SEXTA — Da Vigência

O presente ACORDO vigorará por 12 (doze) meses, prorrogáveis de comum acordo entre o "GOVERNO" e a "SUDESUL".

E, por estarem acordos, mandaram que eu, Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 9 vias de igual teor e forma, datilografado em 5 laudas, por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes concordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 20 de outubro de 1972.

(aa) Governador Pedro Viriato Parigot de Souza — "GOVERNO"  
Superintendente Paulo Affonso de Freitas Melro — "SUDESUL"

TESTEMUNHAS:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 17-73

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 2-73

PARECER

1) — Com a Mensagem em exame, objetiva o Senhor Chefe do Poder Executivo Estadual, alcançar a aprovação deste Poder Legislativo para o ACORDO N.º 10-72, celebrado em 20 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná.

2) — Com a celebração do referido Acordo, exercita o Senhor Chefe do Poder Executivo a competência que lhe é deferida pela Constituição Estadual, em seu art. 47, inciso IX, cabendo a Assembléia Legislativa, referendando-o por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(aa) Antônio F. Ferreira da Costa — Presidente  
Wilson Fortes — Relator  
Ivo Tomazoni  
Ovídio Franzoni  
Erendy Silvério  
Paulo Camargo  
Igo Losso  
Quêlsee Crisóstomo da Silva



O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oscar da Costa Gouveia, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, sugerindo seja concedido maiores benefícios aos cafeicultores paranaenses. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo a U.P.E.S., pela promoção do 1.º Curso de Preparação Político-Administrativa para Dirigentes Estudantes, realizado em Campo Mourão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos e congratulações, a Senhorita Adla Nacli, pela sua vitória no Concurso Miss Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da Tribuna, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Ministro do Comércio e Indústria, bem como ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que seja estudada a inclusão de recursos adicionais para o Plano 70-71 e o aumento de prazo, para mais 120 dias referente ao replantio do café. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 237-71 — 15-73 e 53-73.  
2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 10-72 — 161-72 — 165-72 — 5-73 e 47-73, e de Resolução n.º 16-73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 96-72 — 3-73 — 22-73 — 38-73 e 56-73.

Levanta-se a Sessão.

#### FORTARIAS:

##### PORTARIA N.º 125-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 3.473, de 26 de abril de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

lotar José Ary Nassiff, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de maio de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 126-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 2.939, de 12 de abril de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar Clarice Fróis de Miranda, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Antonio Maciel Filho.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de maio de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 127-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 3.537, de 27 de abril de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar Ilson Estevão de Almeida, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Olavo Ferreira, a partir de 1.º de março de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de maio de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 128-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 3.618, de 02 de maio de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Loizel Ruppel Bittencourt, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1971, a partir de 02 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de maio de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 129-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 3.683, de 02 de maio de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Lauro Alcantara Martins, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1971, a partir de 05 de maio de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de maio de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 130-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 3.543, de 27 de abril de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Nevinha Piazza Cardoso, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1972, a partir de 02 de maio de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de maio de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 131-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 3.802, de 07 de maio de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Alaide Maria Lofhagen Luz, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1973, a partir de 07 de maio de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1973

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 132-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 2.422, de 02 de abril de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

lotar Maurílio Silva Correa, ora à disposição desta Assembléia Legislativa, no Gabinete da Primeira Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1973

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 133-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o consta do Processo protocolado sob o n.º 3.674, de 03 de maio de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar Joaquim Roberto Munhoz de Mello, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de maio de 1973

(a) Eros Ruppel Abdalla  
Diretor Geral

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA Ata da 2.ª Reunião Ordinária

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, após a sessão plenária, com a presença dos senhores deputados: Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias e Olavo Ferreira. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 135-72** — De autoria do Senhor deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo, atualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no município de União da Vitória e criada pela Lei Municipal n.º 816 de 2.3.72. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. **PROJETO DE LEI N.º 12-68** — De autoria do senhor deputado David Federmann, que estabelece normas para inscrição ao exame de admissão ao Curso Ginásial, e dá outras providências. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Contrário. **PROJETO DE LEI N.º 124-72** — De autoria do senhor deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo, criar integrado na estrutura administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o "Museu de Etnias". Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. **PROJETO DE LEI N.º 116-71** — De autoria do senhor deputado Odilon Reinhardt, que atualiza o Ginásio Cinicista de Santa Tereza, do Distrito do mesmo nome, município de Cascavel. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável com emenda substitutiva. **PROJETO DE LEI N.º 353-68** — De autoria do senhor deputado David Federmann, que dispõe sobre a necessidade de aprovação, pela Secretaria de Educação e Cultura, de construção escolares. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Contrário. **PROJETO DE LEI N.º 94-71** — De autoria do senhor deputado Quiêse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no município de Lobato. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. **PROJETO DE LEI N.º 116-71** — De autoria do senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente  
(a) Maria Aparecida Amaral — Secretária

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

##### ATA DA QUINTA REUNIÃO

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões desta Assembléia reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Possíveis Irregularidades na Junta Comercial do Paraná. Com a Presença dos Senhores Deputados Antônio Lopes Júnior, Gilberto Carvalho, Sebastião Rodrigues Júnior e João Calil Fadel, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. O Senhor Presidente declara a presente reunião tem por finalidade ouvir os depoimentos dos Senhores José Fischer Júnior e Jorge Bastos, ambos vogais da Junta Comercial do Paraná, que aqui comparecem atendendo convocação feita por esta Comissão. A Comissão ouve o depoimento, primeiro e em separado, do Senhor José Fischer Júnior, e em seguida, também em separado do Senhor Jorge Bastos, depoimentos esses que são assentados através de Notas Taquigráficas, pelas taquigrafas desta Assembléia, e são anexados ao processo devidamente assinados e rubricados.



a) realização de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social;



- b) execução de trabalhos de estudos e elaboração de projetos e de programas de apoio ao sistema estadual de planejamento;
- c) apoio técnico nas áreas econômica e social à formação de políticas estaduais de desenvolvimento;
- d) acompanhamento da evolução da economia estadual;
- e) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, para o planejamento e a pesquisa aplicada no campo do desenvolvimento econômico e social.

Art. 2.º — O Poder Executivo destinará à Fundação IPARDES contribuição no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), que constituirá seu patrimônio inicial.

§ 1.º — O patrimônio da Fundação será ainda constituído por doações e contribuições de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas de direito público ou privado.

§ 2.º — A forma de gestão do patrimônio da Fundação será definida através de disposição expressa em seu Estatuto.

Art. 3.º — Constituem receita da Fundação os dividendos correspondentes a até 30.000.000,00 (trinta milhões) de ações, e das bonificações delas decorrentes, de valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada, subscritas e integralizadas pelo Estado do Paraná, no capital social de sociedades de economia mista, na seguinte forma:

I — no exercício de 1973, os dividendos correspondentes a até 15.000.000 (quinze milhões) de ações; e

II — no exercício de 1974 e seguintes, os dividendos correspondentes a até 30.000.000 (trinta milhões) de ações.

Parágrafo único — Mediante decreto do Chefe do Poder Executivo serão definidas e especificadas quais as ações cujos dividendos constituirão a receita de que trata este artigo.

Art. 4.º — Além dos recursos derivados de seu patrimônio, e dos dividendos a que se refere o artigo anterior, constituirão, ainda, receita da Fundação:

I — crédito especial no montante de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para atender às despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro;

II — dotações orçamentárias fixadas, anualmente, no Orçamento Geral do Estado;

III — empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções;

IV — doações e legados;

V — receitas resultantes da prestação de serviços e outras rendas que venha a Fundação auferir.

Art. 5.º — São órgãos da Fundação:

— Conselho de Administração

— Conselho Curador

— Diretoria Executiva.

Art. 6.º — O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado à qual estiver a mesma vinculada, que o presidirá, pelo Presidente da Fundação, como membros natos e por três outros membros, nomeados pelo Governo do Estado entre profissionais de notórios conhecimentos na área do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo único — O mandato dos membros do Conselho de Administração nomeados pelo Governador do Estado será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, por uma vez.

Art. 7.º — O Conselho Curador, órgão de controle financeiro e patrimonial será constituído de 3 (três) membros, nomeados pelo Governador do Estado, devendo um de tais membros ser pessoa legalmente habilitada para o exercício de auditoria financeira e contábil.

Parágrafo único — O mandato dos Curadores será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, por uma vez.

Art. 8.º — A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor Presidente e de um Secretário Geral, ambos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido, por uma vez.

§ 1.º — O Diretor Presidente deverá ser escolhido entre pessoas de notórios conhecimentos e experiência em atividades relacionadas com as da Fundação.

§ 2.º — O Diretor Presidente, em suas faltas e impedimentos será substituído pelo Secretário Geral.

§ 3.º — A remuneração mensal do Diretor Presidente e do Secretário Geral da Fundação será fixada anualmente pelo Governador do Estado.

Art. 9.º — A organização administrativa e funcional da Fundação será constituída na forma a ser determinada por seu Estatuto.

Art. 10 — O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 11 — O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista.

Parágrafo Único — Servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com todas as vantagens de Lei.

Art. 12 — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estaduais e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 13 — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 14 — Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 15 — A Fundação prestará contas globais, por exercício encerrado, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 16 — A Fundação encaminhará semestralmente, ao Governador do Estado, relatório circunstanciado de suas atividades e anualmente apresentará o balanço do respectivo exercício.

Art. 17 — Para a execução do disposto no inciso I, do artigo 4.º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no montante de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) mediante o cancelamento de igual importância em dotações constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único — Para os fins previstos no "caput" do artigo 2.º, fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício de 1973, um crédito especial no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), mediante o cancelamento de igual importância em dotações constantes do Orçamento Geral do Estado para aquele exercício.

Art. 18 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.5.73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Lázaro Dumont — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 211/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação, alienar ao Município de Pirai do Sul, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por um terreno com área de 92.716,00 m<sup>2</sup> (noventa e dois mil, setecentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na altura do km 156 da Estrada do Cerne no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, adquirido conforme transcrição n.º 1089 à fls. 70, do Livro "3-A" do Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.5.73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Lázaro Dumont — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 16/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Sabáudia.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.5.73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Lázaro Dumont — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 37/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. O art. 1.º, da Lei n.º 6.102, de 27 de maio de 1970, passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido seu § 1.º:

"Art. 1.º. Fica criado o Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL, com a finalidade de prover recursos para despesas de capital da Polícia Civil do Estado".

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.5.73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Lázaro Dumont — Relatores

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões, desta Assembléia, com a presença dos Senhores Deputados Sebastião Rodrigues Júnior, Gilberto Carvalho e João Calil Fadel sob a Presidência deste último, foi realizada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, que tem por finalidade ouvir os depoimentos dos Senhores Miguel Meister e Oswaldo do Nascimento, conforme convocação feita através de ofício aos Senhores Vogais da Junta Comercial do Paraná. A Comissão ouve o depoimento, em separado, do Senhor Miguel Meister, e em seguida, também em separado, do Senhor Oswaldo do Nascimento, depoimentos esses que são assentados através de notas taquigráficas, pelo serviço de Taquigrafia desta Casa. Os depoimentos são, após assinados, anexados ao processo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida será assinada pelo Senhor Presidente Deputado João Calil Fadel, pelos Senhores Deputados Membros da Comissão, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, desta Comissão.

aa) Dep. João Calil Fadel — Presidente

Dep. Antônio Lopes Júnior

Dep. Gilberto Carvalho

Dep. Sebastião Rodrigues Júnior

Dep. Marciano Baraniuk

Rita Celestino Soares — Secretária

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

#### ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto presentes os Senhores Deputados Arthur de Souza, Lázaro Dumont, Agnaldo Pereira Lima e Antonio Belinati, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando-se de imediato à ORDEM DO DIA — PROJETO DE LEI N.º 9/73 — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca, relator o Deputado Antonio Belinati, parecer favorável, aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 14/73 — de autoria do Senhor Deputado digo oriundo da douta Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição n.º 208/72 que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, representada pelos Ministérios da Fazenda e dos Transportes, objetivando a execução do Programa de vias expressas — PROGRES — conforme decreto federal n.º 71.273 de 30-10-72, relator Deputado Arthur de Souza, parecer favorável, aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 133/72 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Grandes Rios e Faxinal, passando pela cidade de Rosário, relator o Senhor Deputado Arthur de Souza, parecer favorável, aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 273/67 — de autoria do Senhor Deputado Luiz Cruz, que transfere ao D.E.R., para efeito de manutenção e conservação os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguai, São Jorge e Novo Bilac, relator o Senhor Deputado Antonio Belinati parecer favorável com substitutivo geral, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será por mim assinada, assim como pelo Senhor Presidente.

aa) Francisco Borsari Neto — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário



COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA  
ATA DA 3.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas e cinquenta minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Domicio Scaramella e contando com as presenças dos Senhores Deputados Alvaro Dias, Marciano Baraniuk, Iris Caldart e Gabriel Manoel, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior. A seguir foi relatado o PROJETO DE LEI N.º 22/73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 17/73, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel, para as finalidades que especifica. Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

aa) Dep. Domicio Scaramella — Presidente  
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, às 16.30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quiesle C. da Silva contando com as presenças dos Senhores Deputados João Calil Fadel, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho e Alvaro Dias. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 8/68 — de autoria do Governo do Estado — Mensagem n.º 47/67, do Governo do Estado, criando na Estrutura Organizacional da Secretaria da Fazenda, o Departamento de Rendas Internas, e extingue na mesma Secretaria os Departamentos de Arrecadação de Rendas, Fiscalização de Rendas e Serviços Auxiliares. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando informação da Secretaria da Fazenda, que se manifeste quanto a sua oportunidade. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 451/68 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, que autoriza o Poder Executivo isentar do imposto Inter-Vivos, o Instituto Salesiano de Assistência Social de Curitiba, para adquirir o imóvel que especifica, no valor de 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros novos). Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 209/69 — de autoria do Senhor Deputado Sílvio de Barros, que estabelece parcelamento para débitos fiscais, devidos à Fazenda Estadual e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer pelo arquivamento, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 216/69 — de autoria do Senhor Deputado Ernesto Moro, que declara de utilidade pública o Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 207/70 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que transforma em Colégio Estadual Professor Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Professor Mazzarotto de Santa Felicidade, nesta Capital. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 281/71 — de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo criar uma circunscrição de trânsito, na sede do Município de Jandaia do Sul, cuja jurisdição abrangerá os Municípios de Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Marumbi, Kaloré, Cambira, Borrazópolis e São João do Ivaí. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 196/72 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial Nice Braga, do Município de São Jorge do Ivaí. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 210/72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel M. de Oliveira que declara de utilidade pública a "Sociedade Civil Bem Estar Familiar do Brasil — Benfam", com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 3/73 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Serviço de Obras Sociais da cidade de Sertãozinho, o imóvel que especifica. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 12/73 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara que, cria na sede do Município de Toledo, uma circunscrição de trânsito. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 35/73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, que proíbe a aquisição de veículos da categoria "luxo", para o serviço público geral do Estado e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 50/73 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt que, autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Maria Araújo Maia, viúva de ex-membro da Polícia Militar do Estado. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 56/73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 35/73 encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da letra H, Inciso III, do artigo 3.º da Lei n.º 6.316, de 20.09.73. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/73 — de autoria do Senhor Deputado, digo, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 205/72 — Mensagem n.º 62/72 — aprova acordo n.º 07/72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudeul, objetivando diagnóstico institucional dos Órgãos de Saúde do Estado, conforme protocolado n.º 3.447/72. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Mensagem n.º 16/73 — Ex-Proposição n.º 90/73 — Aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, este, através do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Educação Física e Desportos, visando aquisição de livros e cumprimento de programas de Educação Física. Relator Senhor Deputado João Fadel, pare-

cer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 112/73 — Aprova acordo n.º 02/73, celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudeul, objetivando realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — Cidiat. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária para que produza os efeitos legais.

aa) Quiesle C. da Silva — Presidente  
Teresinha B. de M. e Claro — Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ATA DA OITAVA REUNIÃO

Aos vinte e três dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões desta Assembléia com a presença dos Senhores Deputados Antônio Lopes Júnior, Gilberto Carvalho, Sebastião Rodrigues Júnior e João Calil Fadel, realizou-se a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado João Calil Fadel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. A presente reunião tem por fim ouvir o depoimento do Senhor Carlos Osternack Teixeira, Vogal da Junta Comercial do Paraná. O Senhor Presidente esclarece ao Senhor Vogal que esta Comissão não é dirigida contra quem quer que seja, mas sim, a favor do bem comum, solicitando que o depoimento seja feito em nome da verdade e nada mais. A Comissão ouve o depoimento do Senhor Carlos Osternack Teixeira, que é assentado através de notas taquigráficas e anexado ao processo, após devidamente assinado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, marcando outra para amanhã, às mesmas horas, na qual será ouvido o Senhor Dr. Lisandro de Araújo Presidente da Associação Comercial de Londrina. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, pelos Senhores Membros da Comissão, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Dep. João Calil Fadel — Presidente  
Dep. Antônio Lopes Júnior  
Dep. Sebastião Rodrigues Júnior  
Dep. Gilberto Carvalho  
Dep. Marclane Baraniuk  
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 9.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Igo Losso apresentou redação final aos seguintes projetos de lei: PROJETO DE LEI N.º 204/70 — de autoria do Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, em Assaí. PROJETO DE LEI N.º 12/71 — de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que cria em São Jerônimo da Serra, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. PROJETO DE LEI N.º 146/71 — de autoria do Deputado Domicio Scaramella, que cria um Ginásio Estadual no Bairro Rio da Areia, Mun. de União da Vitória, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 166/71 — de autoria do Deputado Wilson Brandão, que cria na sede do Mun. de Doutor Camargo, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir de 1972. PROJETO DE LEI N.º 200/71 — de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Cafelândia D'Oeste, Mun. de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, na forma que especifica. PROJETO DE LEI N.º 204/72 — de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o V Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 46/73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 32/73, encaminhando anteprojeto de lei que visa majorar o valor das pensões mensais de que tratam as Leis n.ºs. 4.763 de 5-11-63 e 54/63, do mesmo ano e artigo 2.º da Lei n.º 5.155, de 16.6-65. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 20/73, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 22/73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida e Iguaçu, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações de verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 78/73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas dos respectivos Municípios aqui especificados. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Dep. Gilberto Carvalho — Presidente  
Lélcio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 204/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, na sede do Município de Assaí, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Ciências Econômicas.



Parágrafo único. O Orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por este artigo.

Art. 2.º. A Fundação submeterá ao Governador do Estado o regulamento dispondo sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos.

Art. 3.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura um crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento da Faculdade referida no artigo primeiro.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 12/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de São Jerônimo da Serra, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 146/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Bairro Rio da Areia, da sede do Município de União da Vitória, um Ginásio Estadual, para funcionar no Grupo Escolar Astolfo Macedo de Souza a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 166/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Doutor Camargo, uma Escola Técnica de Comércio de Grau Ginasial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 200/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Cafelândia d'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual de Grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 204/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o "5.º CAPÍTULO BRASILEIRO DA ACADEMIA AMERICANA DE PEDIATRIA", com sede em Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 46/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA :

Art. 1.º. O valor das atuais pensões de que tratam as Leis n.ºs. 4.763, de 5 de novembro de 1963, e 54/63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE :

Art. 1.º. Ficam aprovados em todos os seus termos, os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do Funrespol e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE :

Art. 1.º. Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida, em 04 de outubro de 1972, e Iguaraçu, em 19 de janeiro de 1973, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE :

Art. 1.º. Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Nova Aurora, Santa Mariana, Paraíso do Norte, Guaíra, Conselheiro Mairink, Telêmaco Borba, Toledo, Rio Branco do Sul, Assis Chateaubriand e Terra Rica, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Alvaro Dias — Relatores

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ATA DA NONA REUNIÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões, desta Assembléia, com a presença dos Senhores Deputados Sebastião Rodrigues Júnior, Marciano Baraniuk e João Calil Fadel, realizou-se a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Possíveis Irregularidades na Junta Comercial do Paraná, sob a Presidência do Senhor Deputado João Calil Fadel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. A presente reunião tem por finalidade ouvir esclarecimentos do Senhor Doutor Lizandro de Almeida Araújo, Presidente da Associação Comercial — Industrial de Londrina, que veio a esta Capital atendendo solicitação feita por esta Comissão. O Senhor Presidente fala sobre o enriquecimento que o processo terá com este novo depoimento. O Senhor Lizandro de Almeida Araújo apresenta relatório, instruído com vários documentos, e solicita que seja anexado ao processo. Faz comentários sobre o relatório, sintetizando seu conteúdo, e em seguida se coloca à disposição dos Senhores Membros para dirimir qualquer dúvida que ainda exista. O Depoimento é anotado através de notas taquigráficas que são anexados ao processo, bem como o relatório com os documentos apresentados pelo depoente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, da qual lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, pelos Senhores Membros da Comissão, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

(aa) Deputado João Calil Fadel — Presidente  
Deputado Sebastião Rodrigues Júnior  
Deputado Marciano Baraniuk  
Deputado Gilberto Carvalho  
Deputado Antônio Lopes Júnior  
Rita Celestino Soares — Secretária